

Projeto: Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – RODRIGUES, Anelise Lopes; GAVA, Lara Lages; SARRIERA, Jorge Castellá; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estud. pesqui. psicol.* (Rio de Janeiro), v. 14, n. 2, p. 389-407, 2014.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este estudo investigou as relações entre a percepção de preconceito e a autoestima em um grupo de 556 adolescentes escolares, que vivem com suas famílias, comparativamente a um grupo de 96 adolescentes em situação de acolhimento institucional. Foi utilizado o Questionário da Juventude Brasileira para avaliar questões referentes à percepção de preconceito sofrido e autoestima. A análise univariada de variância revelou diferenças significativas entre os grupos na variável preconceito e entre os sexos na variável autoestima, sendo que o grupo de adolescentes acolhidos apresentou maior percepção de preconceito e as participantes do sexo feminino menor autoestima em ambos os grupos. Conclui-se que, embora os participantes institucionalizados tenham maior percepção de preconceito, isso não se reflete em médias significativamente mais baixas de autoestima, indicando que as instituições de acolhimento podem representar um espaço de proteção capaz de fornecer, ainda que provisoriamente, condições para um desenvolvimento saudável.

Palavras-Chave - adolescentes; autoestima; institucionalização; preconceito.

3) Objetivo do estudo – Este estudo investigou as relações entre a percepção de preconceito e a autoestima em um grupo de 556 adolescentes escolares, que vivem com suas famílias, comparativamente a um grupo de 96 adolescentes em situação de acolhimento institucional na cidade de Porto Alegre/RS.

4) Tipo de pesquisa – Quantitativa (usou métodos estatísticos).

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Os participantes responderam ao Questionário da Juventude Brasileira (Dell`Aglío, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2011), instrumento composto de 77 questões que investigam fatores de risco e proteção no desenvolvimento. Para este estudo foram consideradas as variáveis sociodemográficas e foram observadas as questões referentes à autoestima (questão 74) e à percepção de preconceito (questão 65) para ambos os grupos.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Foram realizadas análises descritivas e teste univariados (ANOVA), considerando as variáveis dependentes “autoestima” e “percepção de preconceito” e as variáveis independentes “grupo”, “idade” e “sexo” dos participantes que compuseram a amostra. Historicamente, a psicologia tem desenvolvido pesquisas que investigam as causas de preconceitos, discriminações e estereótipos (Major & O’Brien, 2005). Entretanto, apenas recentemente estudos têm se concentrado em compreender os efeitos psicológicos desses processos. Nos últimos anos, evidencia-se uma série de estudos de caráter teórico e empírico que – no intuito de suprir essa lacuna – buscam determinar os efeitos do preconceito e da discriminação sobre a autoestima em diferentes populações (Bianchi, Zea, Belgrave, & Echverry, 2002; Bourguignon, Seron, Yzerbyt, & Herman, 2006; Crocker & Major, 1989; Crocker & Quinn, 2000). No Brasil, observa-se que as instituições de acolhimento têm sido marcadas por estigmas negativos. Por consequência, o preconceito ganha força contra crianças e adolescentes, em situação de acolhimento, bem como a discriminação e exclusão social a que esses são constantemente submetidos (Buffa, Teixeira, & Rosseti-Ferreira, 2010). A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultante de mobilizações sociais pela integridade dos direitos da criança e do adolescente (Ayres, Coutinho, Sá, & Albernaz, 2010), trouxe mudanças significativas em relação à institucionalização, uma vez que diferenciou os adolescentes considerados vítimas, daqueles considerados infratores (Buffa et al., 2010). Viabilizou-se, assim, a formulação de propostas de intervenção pertinentes a cada um destes grupos e a proposição de uma nova política de acolhimento ao grupo dos adolescentes vitimizados, com significativa alteração na atenção despendida a esses, contrária à prática de segregação social e confinamento (Rizzini, 2006).

8) Resultados / dados produzidos – A análise univariada de variância revelou diferenças significativas entre os grupos na variável preconceito e entre os sexos na variável autoestima. O grupo de adolescentes acolhidos apresentou maior percepção de preconceito e as participantes do sexo feminino menor autoestima em ambos os grupos. Conclui-se que, embora os participantes institucionalizados tenham maior percepção de preconceito, isso não se reflete em médias significativamente mais baixas de autoestima, indicando que as instituições de acolhimento podem representar um espaço de proteção capaz de fornecer, ainda que provisoriamente, condições para um desenvolvimento saudável.

9) Recomendações – Torna-se, portanto, urgente e necessário repensá-las enquanto espaços de proteção e de promoção à saúde de crianças e adolescentes, assim como tornar efetivos os pressupostos apresentados no ECA (1990) e na Lei 12010 (2009), especialmente a questão da convivência familiar e comunitária, de forma que estes adolescentes possam ser percebidos na sua comunidade como os demais adolescentes.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.